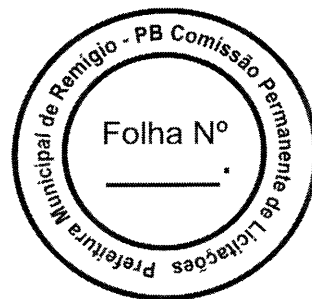


ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO  
SETOR DE CONTRATAÇÃO



## EDITAL - Licitação

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 240304PE00008

LICITAÇÃO Nº. 00008/2024

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

CRITÉRIO: MENOR PREÇO POR ITEM

LEGISLAÇÃO: LEI 14.133/2021

Órgão Realizador do Certame:

PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO

AVENIDA JOAQUIM CAVALCANTE DE MORAIS, 96 - CENTRO - REMÍGIO - PB.

CEP: 58398-000 - E-mail: LICITACOESREMIGIO@GMAIL.COM - Tel.: (083) 33641631.

O Órgão Realizador do Certame acima qualificado, inscrito no CNPJ 09.048.976/0001-09, doravante **denominado simplesmente ORC**, torna público para conhecimento de quantos possam interessar que fará realizar através do Pregoeiro, assessorado por sua Equipe de Apoio, sediado no endereço acima, às 09:00 horas do dia 02 de Abril de 2024, por meio do site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), licitação na modalidade Pregão nº 00008/2024, na forma eletrônica, com critério de julgamento menor preço por item; tudo de acordo com este instrumento e em observância a Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, almejando obter a melhor proposta para: AQUISIÇÃO DE MATERIAL HIDRÁULICO, PARA MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS E SANITÁRIAS, TUBOS E CONEXÕES PARA OS IMÓVEIS E LOGRADOUROS PÚBLICOS MUNICIPAIS.

**Data de abertura da sessão pública: 02/04/2024. Horário: 09:00 - horário de Brasília.**

Data para início da fase de lances: 02/04/2024. Horário: 09:01 - horário de Brasília.

Local: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)

### 1.0.DO OBJETO

1.1.Constitui objeto da presente licitação: AQUISIÇÃO DE MATERIAL HIDRÁULICO, PARA MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS E SANITÁRIAS, TUBOS E CONEXÕES PARA OS IMÓVEIS E LOGRADOUROS PÚBLICOS MUNICIPAIS ATÉ O FINAL DO ANO DE 2024.

1.2.As especificações do objeto ora licitado - quantitativo e condições -, encontram-se devidamente detalhadas no correspondente Termo de Referência - Anexo I deste instrumento.

1.3.A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.4.O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste instrumento e seus anexos quanto às especificações do objeto.

1.5.A contratação acima descrita, que será processada nos termos deste instrumento convocatório, especificações técnicas e informações complementares que o acompanham, quando for o caso, justifica-se: Pela necessidade da devida efetivação de compra para suprir demanda específica - AQUISIÇÃO DE MATERIAL HIDRÁULICO, PARA MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS E SANITÁRIAS, TUBOS E CONEXÕES PARA OS IMÓVEIS E LOGRADOUROS PÚBLICOS MUNICIPAIS -, considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

1.6.Na referida contratação será concedido tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos limites previstos da Lei 123/06, consideradas as hipóteses e condições estabelecidas no Art. 4º, da Lei 14.133/21. Todavia, serão afastados os benefícios estabelecidos nos Arts. 47 e 48, por estarem presentes, isolada ou simultaneamente, as situações previstas nos Incisos II e III, do Art. 49, todos do mesmo diploma legal.

1.7.Todas as referências de tempo neste Edital, no respectivo aviso e durante a sessão pública obedecerão o horário de Brasília - DF.

### 2.0.DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

2.1.Informações ou esclarecimentos sobre esta licitação, serão prestados nos horários normais de expediente: das 08:00 às 12:00 horas.

2.2.Qualquer pessoa - cidadão ou licitante - é parte legítima para impugnar o Edital deste certame por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o respectivo pedido, dirigido ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, por meio eletrônico, exclusivamente, da seguinte forma:

2.2.1.No endereço: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

2.3.O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos ou impugnação no prazo máximo de três dias úteis, contado da data de seu recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração deste Edital e dos seus anexos.

2.4.A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

2.5.Acolhida a impugnação contra o Edital, será definida e publicada nova data para realização do certame, observados os prazos fixados na norma vigente.

2.6.As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas em sítio eletrônico oficial do ORC e no sistema, dentro do prazo estabelecido no item 2.3, e vincularão os participantes e a Administração.



### 3.0.DOS ELEMENTOS PARA LICITAÇÃO

3.1.Aos participantes serão fornecidos os seguintes elementos que integram este Edital para todos os fins e efeitos:

3.1.1.ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA - ESPECIFICAÇÕES;

3.1.2.ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO - de não empregar menor;

3.1.3.ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO - que a proposta compreende a integralidade dos custos;

3.1.4.ANEXO IV - MINUTA DO CONTRATO;

3.1.5.ANEXO V - MODELOS DE DECLARAÇÕES - cumprimento de requisitos normativos.

3.2.A obtenção do Edital será feita da seguinte forma:

3.2.1.Pelos endereços eletrônicos:

3.2.1.1.WWW.REMIGIO.PB.GOV.BR;

3.2.1.2.[www.tce.pb.gov.br](http://www.tce.pb.gov.br); e

3.2.1.3.[www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

### 4.0.DO SUPORTE LEGAL

4.1.Esta licitação reger-se-á pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; que ficam fazendo partes integrantes deste Edital, independente de transcrição.

### 5.0.DO PRAZO E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1.O prazo máximo para a execução do objeto ora licitado, conforme suas características e as necessidades do ORC, e que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado a partir da emissão do Pedido de Compra:

Entrega: 5 (cinco) dias.

5.2.O fornecimento será executado de acordo com as especificações definidas no correspondente Termo de Referência - Anexo I. Na hipótese do referido termo não estabelecer o local para a entrega, observada a demanda e oportunidade, essa será feita na sede do Contratante ou em uma das unidades administrativas, por ele indicada, que compõe a sua estrutura operacional.

5.3.O prazo de vigência do correspondente contrato será determinado: até o final do exercício financeiro de 2024, considerado da data de sua assinatura; podendo ser prorrogado, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

5.4.As despesas decorrentes do objeto deste certame, correrão por conta da seguinte dotação:

Recursos não Vinculados de Impostos:

02.010 Secretaria de Gestão

04 122 2002 2002 Manutenção das Atividades da Secretaria de Gestão

02.020 Secretaria de Administração e Finanças

04 122 2002 2005 Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

02.030 Procuradoria-Geral de Remigio

04 122 2002 2007 Manutenção da Procuradoria Geral do Município

02.040 Secretaria de Saúde

10 301 2002 2009 Manutenção das atividades da Secretaria de Saúde

02.050 Secretaria de Educação

12 361 1001 2010 Manutenção das atividades do Ensino Fundamental

12 361 1001 2012 Manutenção do Ensino Fundamental - Fundeb - 30%

12 365 1001 2015 Manutenção das Atividades do Ensino Infantil

12 361 1001 2016 Manutenção da Educação de Jovens e Adultos

12 365 1001 2023 Manutenção do Ensino Infantil- Complementação FUNDEB-VAAF-VAAR e VAAT

02.060 Secretaria de Trânsito

26 122 2002 2024 Manutenção das Atividades da Secretaria de Trânsito

02.070 Secretaria de Desenvolvimento Social

08 122 1003 2025 Manutenção das Atividades da Secretaria de Desenvolvimento Social

08 243 1003 2026 Manutenção do Conselho Tutelar

02.080 Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

15 122 2002 2028 Manutenção das atividades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

15 451 1004 2057 Manutenção das atividades com recursos do Fundo Especial do Petróleo-FEP

02.090 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

20 122 2002 2029 Manutenção das Atividades da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

02.110 Fundo Municipal de Saúde

10 301 1002 2035 Manutenção do Bloco das Ações e Serviços Públicos de Saúde- Atenção Primária

10 305 1002 2036 Manutenção do Bloco das Ações e Serviços Públicos de Saúde- Vigilância em Saúde

10 302 1002 2037 Manutenção do Bloco das Ações e Serviços Públicos de Saúde-Atenção Especializada (MAC)

13 122 1005 2040 Manutenção das Atividades da Secretaria de Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico

13 392 1005 2041 Promoção de Eventos Sociais e Culturais

02.130 Secretaria de Esporte e Lazer

27 122 1005 2043 Manutenção das Atividades da Secretaria de Esporte e Lazer

02.140 Fundo Municipal de Assistência Social

08 244 1003 2045 Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

3390.30 99 Material de Consumo

Fonte

15001000 Recursos Livres (Ordinário)

15001002 Recursos não Vinculados de Impostos Saúde

15001001 Recursos não Vinculados de Impostos MDE

15500000 Transferência do Salário- Educação

15401030 Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - 30%

15421030 Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT - 30%

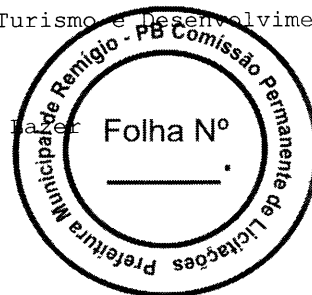
17000000 Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União

17510000 Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública COSIP

17200000 Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural

destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997

16600000 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS.



## **6.0.DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

6.1.A licitação será realizada à distância e em sessão pública, por meio do sistema disponível no endereço eletrônico: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

6.2.Deverão ser observadas as normas e procedimentos estabelecidos pelo provedor do sistema, disponíveis no referido sítio eletrônico para acesso ao sistema e operacionalização.

6.3.Caberá ao licitante interessado em participar deste certame, acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão; e comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6.4.A participação neste certame é aberta a quaisquer interessados, inclusive as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos da legislação vigente.

6.4.Não poderão participar os interessados:

6.4.1.Que não atendam às condições deste Edital e seus anexos;

6.4.2.Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

6.4.3.Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

6.4.4.Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

6.4.5.Cujo estatuto ou contrato social não incluir o objeto desta licitação; e

6.4.6.Que se enquadrem nas vedações previstas no Art. 14º, da Lei 14.133/21.

**6.5.O presente Edital não possibilitará a participação das pessoas físicas.**

**6.6.É vedada a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio.**

**6.7.Não será permitida a participação de sociedades cooperativas.**

## **7.0.DO CREDENCIAMENTO**

7.1.Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no sistema eletrônico de disputa à distância utilizado pelo ORC, acessando o seguinte endereço eletrônico: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

7.2.Os interessados deverão atender às condições e procedimento constantes do referido site, cujo credenciamento implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame.

7.3.O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados, diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema eletrônico ou do ORC por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

7.4.É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no referido sistema e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.5.A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

## **8.0.DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**

8.1.Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

8.2.No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, relativamente às declarações necessárias e obrigatórias, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas em legislação específica e na Lei 14.133/21; tais como:

8.2.1.Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos

trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta, a data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação derivados no instrumento convocatório.

8.2.2. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do Art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

8.2.3. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos Incisos III e IV, do Art. 1º e no Inciso III, do Art. 5º da Constituição Federal.

8.2.4. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em Lei e em outras normas específicas.

8.3. O licitante enquadrado como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º, da Lei 123/06, estando apto a usufruir do tratamento favorecido previsto em seus Arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º, do Art. 4º, da Lei 14.133/21:

8.3.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item; e

8.3.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei 123/06, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.

8.4. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.5. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

8.6. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

8.7. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

8.7.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

8.7.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem anterior.

8.8. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

8.9. O valor final mínimo parametrizado possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o ORC, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

8.10. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

8.11. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

8.12. A falsidade de declaração relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei 14.133/21, e neste Edital. O Pregoeiro poderá promover diligência destinada a esclarecer as informações declaradas.

## 9.0. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

9.1. O licitante deverá enviar sua **PROPOSTA** mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, de todos os campos necessários e obrigatórios para o exame de forma objetiva da sua real adequação e exequibilidade, tais como:

9.1.1. Valor unitário do item: expresso em moeda corrente nacional;

9.1.2. Quantidade: conforme fixada no Termo de Referência - Anexo I;

9.1.3. Marca: se for da própria empresa deverá ser informado "própria";

9.1.4. Descrição do objeto: contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência - Anexo I.

9.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

9.3. Será cotado um único preço para cada item, com a utilização de duas casas decimais.

9.4. A quantidade de unidade a ser cotada está fixada no Termo de Referência - Anexo I.

9.5. A indicação de "própria" em campo específico, como por exemplo "marca", para o caso de bens produzidos pela própria empresa, é condição para a não identificação do licitante.

9.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe este Edital e seus anexos, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

9.7. No valor proposto estará incluso todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

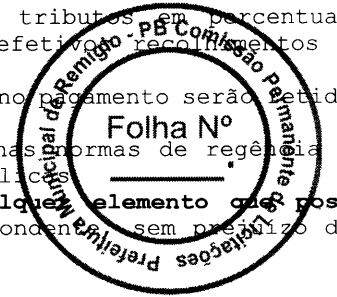
9.8. O preço ofertado, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, será de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.9.Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

9.10.Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão cobrados na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.11.Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

9.12.As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico e **qualquer elemento que possa identificar o licitante importa desclassificação da proposta** correspondente, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.



#### **10.0.DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

10.1.A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

10.2.Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública:

10.2.1.Será desclassificada a proposta que identifique o licitante;

10.2.2.A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes;

10.2.3.A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

10.3.O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

10.4.O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

10.5.Iniciada a fase competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro:

10.5.1.O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

10.6.Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

10.7.O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema:

10.7.1.O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).

10.8.Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema:

10.8.1.O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável;

10.8.2.O Pregoeiro poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo desse processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema. Eventual exclusão de proposta do licitante implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.

10.9.Será adotado para o envio de lances neste certame o modo de disputa "aberto e fechado", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final fechado.

10.10.A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

10.11.Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas subsequentes com valores até 10% (dez por cento) superiores àquela, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo:

10.11.1.No procedimento de que trata o item acima, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance;

10.11.2.Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado o disposto no subitem anterior.

10.12.Encerrados os prazos estabelecidos no item anterior, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente.

10.13.Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

10.14.Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do melhor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

10.15.No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

10.16.Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

10.17.Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

10.18.Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de

pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de se classificar-se o disposto nos Arts. 44 e 45, da Lei 123/06.

10.19.Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até cinco por cento acima da melhor proposta ou de menor lance, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

10.20.A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de cinco minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

10.21.Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de cinco por cento, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no item anterior.

10.22.No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos itens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10.23.Só poderá haver empate entre propostas iguais, não seguidas de lances, ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

10.24.Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no Art. 60, da Lei 14.133/21, nesta ordem:

10.24.1.Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

10.24.2.Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei 14.133/21;

10.24.3.Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

10.24.4.Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

10.25.Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens produzidos por:

10.25.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do ORC;

10.25.2. Empresas brasileiras;

10.25.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

10.25.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/09.

10.26.Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento:

10.26.1.A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

10.26.2.A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes;

10.26.3.Concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos os licitantes e registrado na ata da sessão pública, devendo esta ser anexada aos autos do processo;

10.26.4.O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, envie a sua **proposta atualizada**, adequada ao último lance ofertado e após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados;

10.26.5.É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada e aceita, feita também no sistema pelo licitante, antes de findo o prazo, ou de ofício, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente.

10.27.Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no sistema a nova data e horário para a sua continuidade, observado o intervalo mínimo de vinte e quatro horas.

10.28.Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de julgamento da proposta.

## **11.0.DA FASE DE JULGAMENTO**

11.1.Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta provisoriamente classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e à compatibilidade do preço final em relação ao estipulado para contratação, conforme definido neste Edital.

11.2.O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio do sistema, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de não aceitação da proposta:

11.2.1.É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada e aceita, feita também no sistema pelo licitante, antes de findo o prazo, ou de ofício, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente;

11.2.2.Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam os que contenham as características do produto ofertado, tais como marca, modelo, fabricante e procedência, encaminhados por meio do sistema eletrônico, ou, quando indicado pelo Pregoeiro, por outro meio eletrônico, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

11.3.Será desclassificada a proposta vencedora que:

11.3.1.Contiver vícios insanáveis;

11.3.2.Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência - Anexo I;

11.3.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

11.3.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

11.3.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

11.4. É indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pelo ORC; em tal situação, não sendo possível a imediata confirmação, será dada ao licitante a oportunidade de demonstrar a sua exequibilidade, sendo-lhe facultado o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para apresentar, por meio do sistema eletrônico, a documentação que comprove a viabilidade da proposta:

11.4.1. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada e aceita, feita também no sistema pelo licitante, antes de findo o prazo, ou de ofício, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente;

11.4.2. A inexequibilidade, nessa hipótese, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

11.4.2.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

11.4.2.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

11.4.3. Salienta-se que tais ocorrências não desclassificam automaticamente a proposta, apenas o item correspondente.

11.5. O Pregoeiro poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação.

11.6. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão pública inclusive para a realização de diligências com vistas ao saneamento de eventuais erros e falhas das propostas. Em qualquer hipótese, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência e a ocorrência será registrada em ata.

11.7. Encerrada a fase de julgamento, após verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação, o Pregoeiro verificará a documentação de habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## **12.0. DA HABILITAÇÃO**

12.1. Os documentos previstos neste instrumento, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, conforme as disposições dos Arts. 62 a 70, da Lei 14.133/21.

12.2. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de **HABILITAÇÃO**:

### **12.3. PESSOA JURÍDICA:**

12.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ.

12.3.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

12.3.3. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede. Em se tratando de Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldomicroempreendedor.gov.br](http://www.portaldomicroempreendedor.gov.br). No caso de sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores. No caso de filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz. Em se tratando de sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: decreto de autorização para funcionamento no Brasil. Salienta-se que os documentos relacionados neste subitem deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

12.3.4. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais. Os referidos documentos limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de dois anos. As pessoas jurídicas criadas no exercício financeiro desta licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

12.3.5. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União - DAU por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

12.3.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital da sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre, mediante apresentação de certidão negativa, ou outro equivalente, na forma da lei.

12.3.7. Comprovação de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, apresentando o respectivo Certificado de Regularidade fornecido pela Caixa Econômica Federal.

12.3.8. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.



12.3.9.Declaração do licitante atestando que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, insalubre ou perigoso e nem menor de dezesseis anos, em qualquer trabalho, podendo existir menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz, nos termos do Art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme modelo - Anexo II.

12.3.10.Declaração do licitante, sob pena de desclassificação, de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme modelo - Anexo III.

12.3.11.Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, no máximo 30 (trinta) dias da data prevista para abertura das propostas.

12.3.12.Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica expedida pelo Tribunal de Contas da União, no máximo 30 (trinta) dias da data prevista para abertura das propostas, no endereço eletrônico: [www.tcu.gov.br](http://www.tcu.gov.br).

12.3.13.Comprovação do cumprimento de requisitos normativos, conforme modelos - Anexo V:

12.3.13.1.Declaração de ciência dos termos do Edital;

12.3.13.2.Declaração de inexistir fato impeditivo;

12.3.13.3.Declaração de não possuir no quadro societário servidor da ativa do ORC;

12.3.13.4.Declaração de não utilizar trabalho degradante ou forçado;

12.3.13.5.Declaração de cumprimento da reserva de cargo para deficiente e de acessibilidade; e

12.3.13.6.Declaração de observância do limite de contratação com a Administração Pública.

12.4.Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contado da solicitação do Pregoeiro, prorrogável por igual período, nas seguintes situações:

12.4.1.Por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo Pregoeiro; ou

12.4.2.De ofício, a critério do Pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos.

12.5.Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante vencedor:

12.5.1.Os documentos relativos à regularidade fiscal constantes deste Edital, somente serão exigidos em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

12.6.A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

12.7.Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

12.7.1.Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

12.7.2.Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

12.8.Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observados o prazo e os termos definidos neste instrumento para o envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado:

12.8.1.Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação dos licitantes convocados para a apresentação da documentação habilitatória, após concluídos eventuais procedimentos da Comissão de Contratação, para sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e a sua validade jurídica, observadas as disposições deste Edital.

12.9.A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, observando-se o seguinte procedimento:

12.9.1.As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação nesta licitação, deverão apresentar toda a documentação exigida para comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, dentre os documentos enumerados neste instrumento para efeito de habilitação, mesmo que esta apresente alguma restrição;

12.9.2.Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista quando da comprovação de que trata o subitem anterior, será assegurado prazo de cinco dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

12.9.3.Para aplicação do disposto no subitem anterior, o prazo para regularização fiscal e trabalhista será contado a partir da divulgação do resultado da fase de habilitação. A prorrogação desse prazo poderá ser concedida, a critério do Pregoeiro, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa;

12.9.4.A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após o prazo de regularização fiscal e trabalhista de que tratam os dois subitens anteriores;

12.9.5.A não regularização da documentação, no prazo acima previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 156, da Lei 14.133/21, sendo facultado ao ORC convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação;

12.9.6.Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa ou empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.



12.10.Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos, mediante apresentação dos documentos originais não digitais, quando houver alguma exigência relacionada à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

12.11.Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ diferente, salvo aqueles legalmente permitidos:

12.11.1.Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

12.12.Os documentos exigidos para fins de habilitação no certame deverão ser organizados na ordem descrita neste instrumento, precedidos por índice correspondente, apresentados em original; ou por cópia autenticada por cartório competente, ou pelo Pregoeiro, ou por membro da Equipe de Apoio ou da Comissão de Contratação; ou publicação em órgão da imprensa oficial. Estando perfeitamente legíveis, sem conter borrões, rasuras, emendas ou entrelinhas e dentro do prazo de validade, considerado o disposto neste Edital. A eventual ausência do referido índice não inabilitará o licitante, sendo que:

12.12.1.A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante os agentes do ORC relacionados no item anterior, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;

12.12.2.Quando o documento for obtido via Internet sua autenticidade será comprovada no endereço eletrônico nele indicado;

12.12.3.Poderá ser utilizada, a critério do Pregoeiro, a documentação cadastral de fornecedor, constante dos arquivos do ORC, para comprovação da autenticidade de elementos apresentados pelo licitante.

12.13.Na análise dos documentos de habilitação, a Comissão de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação.

12.14.Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão pública inclusive para a realização de diligências com vistas ao saneamento de eventuais erros e falhas dos documentos de habilitação apresentados. Em qualquer hipótese, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência e a ocorrência será registrada em ata.

### **13.0.DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

13.1.A proposta final do licitante declarado vencedor - **proposta atualizada** - deverá ser encaminhada no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, e deverá:

13.1.1.Ser elaborada em consonância com as especificações constantes deste Edital e seus Anexos, redigida em língua portuguesa e impressa em uma via em papel timbrado do proponente, quando for o caso, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas; datada e assinada pelo licitante ou seu representante legal, com indicação: do valor global da proposta; do prazo de entrega; das condições de pagamento; e da sua validade;

13.1.2.Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento;

13.1.3.Estar adequada ao último lance ofertado e a negociação realizada, acompanhada, dos documentos complementares eventualmente solicitados, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

13.2.Será cotado um único preço para cada item, com a utilização de duas casas decimais, sendo que, nesse último caso, a indicação em contrário está sujeita a correção, observando-se aos seguintes critérios:

13.2.1.Falta de dígitos: serão acrescentados zeros;

13.2.2.Excesso de dígitos: sendo o primeiro dígito excedente menor que cinco, todo o excesso será suprimido, caso contrário haverá o arredondamento do dígito anterior para mais e os demais excedentes suprimidos.

13.3.Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o preço unitário e o total em algarismos e o valor global da proposta em algarismos e por extenso:

13.3.1.Existindo discrepância entre o preço unitário e total, resultado da multiplicação do preço unitário pela quantidade, o preço unitário prevalecerá;

13.3.2.No caso de divergência entre o valor numérico e o expresso por extenso, prevalecerá o valor expresso por extenso;

13.3.3.Fica estabelecido que havendo divergência de preços unitários para um mesmo produto, prevalecerá o de menor valor.

13.4.A proposta obedecerá aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

13.5.A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado.

13.6.No valor proposto estará incluso todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens; inclusive a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

13.7.A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção ao Contratado:

13.7.1.Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.  
13.8.As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.  
13.9.O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de seu encaminhamento.



#### **14.0.DOS RECURSOS**

14.1.A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observando o disposto no Art. 165, da Lei 14.133/21.  
14.2.Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, que no presente certame será de 30 (trinta) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema eletrônico, manifestar sua intenção de recorrer.  
14.3.Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:  
14.3.1.A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;  
14.3.2.O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.  
14.4.O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.  
14.5.As razões do recurso deverão ser apresentadas, exclusivamente, da seguinte forma:  
14.5.1.Em campo próprio do sistema eletrônico.  
14.6.O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.  
14.7.Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.  
14.8.O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.  
14.9.O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.  
14.10.O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.  
14.11.Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no seguinte sítio: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

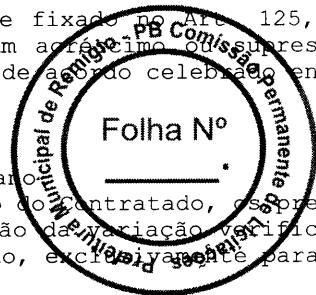
#### **15.0.DA HOMOLOGAÇÃO**

15.1.Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:  
15.1.1.Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;  
15.1.2.Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;  
15.1.3.Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;  
15.2.4.Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

#### **16.0.DO CONTRATO**

16.1.Após a homologação pela autoridade superior do ORC, o licitante vencedor será convocado para, dentro do prazo de 05 (cinco) dias consecutivos da data de recebimento da notificação, e nas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, assinar o respectivo contrato, podendo o mesmo sofrer alterações nos termos definidos pela Lei 14.133/21:  
16.1.1.O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração;  
16.1.2.A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas;  
16.1.2.1.A regra do subitem anterior não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma estabelecida neste dispositivo;  
16.1.3.Decorrido o prazo de validade da proposta indicado neste Edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.  
16.2.Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação, ou instrumento hábil, nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei 14.133/21, e em outras legislações aplicáveis.  
16.3.Na assinatura do contrato será exigida a comprovação de todas as condições de habilitação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo Contratado durante a vigência do referido contrato.  
16.4.O contrato que eventualmente venha a ser assinado pelo licitante vencedor, poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136 e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21.  
16.5.Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I, do caput do Art. 124, da Lei 14.133/21, o Contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos

ou supressões que se fizerem nas compras, de até o respectivo limite fixado no Art. 125, do mesmo diploma legal, do valor inicial atualizado do contrato. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.



#### **17.0.DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO - REAJUSTE**

17.1.Os preços contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano.

17.2.Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês do orçamento estimado, exceto para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

17.3.Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

17.4.No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

17.5.Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

17.6.Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

17.7.Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

17.8.O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.

17.9.O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

#### **18.0.DA COMPROVAÇÃO DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO**

18.1.Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

18.2.Serão designados pelo ORC representantes com atribuições de Gestor e Fiscal do respectivo contrato, nos termos da norma vigente, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.

#### **19.0.DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO**

##### **19.1.Obrigações do Contratante:**

19.1.1.Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou outros instrumentos hábeis;

19.1.2.Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste;

19.1.3.Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos ou serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais;

19.1.4.Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo IV.

##### **19.2.Obrigações do Contratado:**

19.2.1.Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;

19.2.2.Substituir, arcando com as despesas decorrentes, os materiais ou serviços que apresentarem defeitos, alterações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados somente após o recebimento ou pagamento;

19.2.3.Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Contratante;

19.2.4.Manter, durante a vigência do contrato ou outros instrumentos hábeis, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, conforme o caso, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;

19.2.5.Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que efetivamente participou do certame e consequentemente apresentou a documentação exigida na fase de habilitação;

19.2.6.Executar todas as obrigações assumidas sempre com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes;

19.2.7.Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo IV.

#### **20.0.DO PAGAMENTO**

20.1.O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo ORC, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

20.2.O desembolso máximo do período, não será superior ao valor do respectivo adiantamento, de acordo com o cronograma aprovado, quando for o caso, e sempre em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros.

20.3.Nenhum valor será pago ao Contratado enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, podendo ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimo de qualquer natureza.

20.4.Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula:  $EM = N \times VP \times I$ , onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado:  $I = (TX \div 100) \div 365$ , sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

## **21.0.DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

21.1.O licitante ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a - advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b - multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d - impedimento de licitar e contatar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de dois anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de cinco anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f - aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

21.2.Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 (quinze) dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

## **22.0.DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

22.1.As partes contratantes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste certame ou do termo de ajuste que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

22.2.Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º, da Lei 13.709/18.

22.3.É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.

22.4.Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo IV.

## **23.0.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

23.1.Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

23.2.Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

23.3.Todas as referências de tempo no Edital, nos seus anexos, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

23.4.A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.5.As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse do ORC, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.6.Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o ORC não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.7.Para todos os efeitos, na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no ORC.


23.8.O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios de economia e do interesse público.

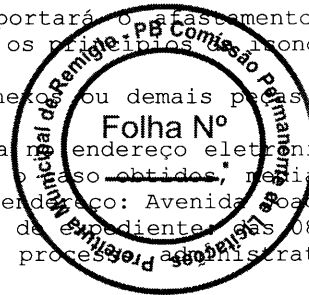
23.9.Em caso de divergência entre disposições do Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as do Edital.

23.10.O Edital e seus anexos também estão disponibilizados na íntegra no endereço eletrônico: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br); e poderão ser lidos, e quando for o caso obtidos, mediante processo regular e observados os procedimentos definidos pelo ORC, no endereço: Avenida Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 - Centro - Remígio - PB, nos horários normais de expediente, das 08:00 as 12:00 horas; mesmo endereço e horário nos quais os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

23.11.Para dirimir eventuais controvérsias decorrentes deste certame, excluído qualquer outro, o foro competente é o da Remígio, Estado da Paraíba.

Remígio - PB, 18 de Março de 2024.

  
\_\_\_\_\_  
ALEXANDRE GONÇALVES DIAS  
Pregoeiro Oficial





**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO**

CNPJ 09.048.976/0001-09

Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro

CEP: 58.398-000-Remígio – PB

[prefeituramunicipalderemigio@gmail.com](mailto:prefeituramunicipalderemigio@gmail.com)

Telefone: (83) 3364-1837

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1.0.DO OBJETO**

1.1. Constitui objeto do presente Termo de Referência a pretensa: Compra insusos para manutenção das instalações hidráulicas e sanitárias, como tubos e conexões, nos imóveis e logradouros públicos municipais até o final do ano 2024, conforme lista fornecida no item 3.3.

1.2.A contratação do fornecimento, objeto deste termo de referência, deverá considerar o seguinte normativo: Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021;

**2.0.JUSTIFICATIVA**

2.1.Para a contratação:

2.1.1.A contratação acima descrita, que será processada nos termos deste instrumento, especificações técnicas e informações complementares que o acompanham, quando for o caso, justifica-se: Pela necessidade da devida efetivação de compra insusos de material para suprir ações de manutenção das instalações elétricas nos imóveis e logradouros públicos municipais até o final do ano 2024, considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas pela administração pública municipal.

2.2. Para a estimativa de quantitativos:

2.2.1.O quantitativo e a respectiva unidade da presente contratação em função do consumo e utilização prováveis foram devidamente definidos mediante observância à previsão da demanda a ser atendida e possíveis alterações em decorrência das atividades a serem desenvolvidas e seus desdobramentos, bem como considerando o orçamento disponível e ainda a sequência histórica da realização de despesas semelhantes, quando existente e demais levantamento dispostos no Estudo técnico preliminar em anexo.

**3.0.DA COMPRA**

3.1. Para que não seja necessário estoque de materiais de forma demasiada em almoxarifado, observa-se que a quantidade requerida neste processo, será utilizada fornecida de forma parcelada, e a solicitação de fornecimento para a secretaria será realizada sob demanda, mediante solicitação ao setor de compra para a emissão da competente Ordem de Fornecimento e posterior nota de empenho.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO**

CNPJ 09.048.976/0001-09

Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro

CEP: 58.398-000-Remígio – PB

prefeituramunicipalderemigio@gmail.com

Telefone: (83) 3364-1837

3.2. Os materiais devem ser originais, novos, normatizados pela ABNT, Certificado Pelo INMETRO, de primeira linha, salvo quando a houver especificação diferente, e deverão respeitar os quantitativos nas especificações constantes no item 3.3.

3.3. As características e especificações do objeto da referida contratação são:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UND	QUANT	V.UNIT. (R\$)	P. TOTAL
1	Adaptador Flange PVC Soldável Para Caixa D'Água 20mm x 1/2" - norma NBR 5648	und	20	R\$ 8,47	R\$ 169,38
2	Adaptador flange 25mm x 3/4"	und	20	R\$ 12,01	R\$ 240,25
3	Adaptador flange 32mm x 1"	und	20	R\$ 15,43	R\$ 308,50
4	Adaptador flange 40mm x 1 1/4"	und	20	R\$ 21,00	R\$ 420,00
5	Adaptador flange 50mm x 1 1/2"	und	20	R\$ 23,81	R\$ 476,23
6	Adaptador soldável 20 x 1/2"	und	50	R\$ 1,11	R\$ 55,38
7	Adaptador soldável 25 x 3/4"	und	50	R\$ 1,64	R\$ 81,75
8	Adaptador soldável 32 x 1"	und	50	R\$ 2,29	R\$ 114,38
9	Adaptador soldável 40 x 1 1/4"	und	50	R\$ 4,24	R\$ 212,00
10	Adaptador soldável 50 x 1 1/2"	und	50	R\$ 6,68	R\$ 333,75
11	Adaptador soldável 60 x 2"	und	50	R\$ 10,58	R\$ 528,75
12	Adesivo plástico para tubos pvc rígido 17g	und	50	R\$ 3,32	R\$ 166,13
13	Adesivo plástico para tubos pvc rígido 75g	und	75	R\$ 5,76	R\$ 432,00
14	Anel vedação borracha p/ cano 100mm	und	100	R\$ 2,50	R\$ 249,63
15	Anel vedação p/bacia sanitária	und	20	R\$ 9,58	R\$ 191,50
16	Boia p/ caixa acoplada 3/4	und	10	R\$ 15,48	R\$ 154,75
17	Bóia p/ caixa d'água 3/4	und	20	R\$ 12,97	R\$ 259,45
18	Bóia p/ caixa d'água rosca 1/2 x 3/4	und	20	R\$ 10,52	R\$ 210,45
19	Bóia p/ caixa decarga simples vazão 1/2	und	20	R\$ 11,13	R\$ 222,50
20	Bucha redução 25 x 20 mm longa - NBR 5688	und	25	R\$ 2,78	R\$ 69,53
21	Bucha redução 40 x 20 mm longa - NBR 5688	und	25	R\$ 4,18	R\$ 104,53
22	Bucha redução 50 x 25 mm longa - NBR 5688	und	25	R\$ 6,63	R\$ 165,63
23	Bucha redução 50 x 32 mm longa - NBR 5688	und	25	R\$ 8,25	R\$ 206,22
24	Bucha redução 60 x 25 mm longa - NBR 5688	und	25	R\$ 9,16	R\$ 229,03
25	Bucha redução 60 x 50 mm longa - NBR 5688	und	20	R\$ 13,75	R\$ 275,00
26	Bucha redução roscável 3/4 x 1/2mm - NBR 5688	und	50	R\$ 1,35	R\$ 67,50
27	Bucha redução soldável curta 32 x 25mm - NBR 5688	und	50	R\$ 1,59	R\$ 79,38
28	Bucha redução soldável curta 40 x 32mm - NBR 5688	und	20	R\$ 1,92	R\$ 38,30
29	Bucha redução soldável curta 50 x 40mm - NBR 5688	und	10	R\$ 3,62	R\$ 36,24
30	Bucha redução soldável curta 60 x 50mm - NBR 5688	und	10	R\$ 5,48	R\$ 54,76





**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO**

CNPJ 09.048.976/0001-09

Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro

CEP: 58.398-000-Remígio – PB

prefeituramunicipalderemigio@gmail.com

Telefone: (83) 3364-1837

31	Cabeçote p/ registro cromado c/ parafuso 1158. Versões: soldável e roscável. Bitolas: 20mm. Pressão de serviço: 7,5 kgf/cm2 a 20°C. - NBR 5626	und	10	R\$ 20,47	R\$ 204,65
32	Cabeçote p/ registro cromado c/ parafuso 1158. Versões: soldável e roscável. Bitolas: 25mm. Pressão de serviço: 7,5 kgf/cm2 a 20°C. - NBR 5626	und	10	R\$ 22,98	R\$ 229,75
32	Caixa d'agua 1.000 litros polietileno c/ tampa - De acordo com a norma NBR 14799 - Reservatório poliolefnico para água potável de volume nominal de até 1000 litros - Requisitos.	und	20	R\$ 413,50	R\$ 8.270,00
33	Caixa d'agua 10.000 litros polietileno c/ tampa - De acordo com a norma NBR 14799 - Reservatório poliolefnico para água potável de volume nominal de até 10.000 litros - Requisitos.	und	5	R\$ 5.098,63	R\$ 25.493,13
34	Caixa d'agua 2.000 litros polietileno c/ tampa - De acordo com a norma NBR 14799 - Reservatório poliolefnico para água potável de volume nominal de até 2000 litros - Requisitos.	und	5	R\$ 1.245,00	R\$ 6.225,00
35	Caixa d'agua 3.000 litros polietileno c/ tampa - De acordo com a norma NBR 14799 - Reservatório poliolefnico para água potável de volume nominal de até 3000 litros - Requisitos.	und	5	R\$ 1.797,25	R\$ 8.986,25
36	Caixa d'agua 5.000 litros polietileno c/ tampa - De acordo com a norma NBR 14799 - Reservatório poliolefnico para água potável de volume nominal de até 5000 litros - Requisitos.	und	5	R\$ 3.012,50	R\$ 15.062,50
37	Caixa d'agua 500 litros polietileno c/ tampa- De acordo com a norma NBR 14799 - Reservatório poliolefnico para água potável de volume nominal de até 500 litros - Requisitos.	und	10	R\$ 281,23	R\$ 2.812,25
38	Caixa de descarga simples plástico 6,8 litros	und	30	R\$ 47,86	R\$ 1.435,84
39	Caixa hidrômetro parede modelo Cagepa	und	10	R\$ 39,38	R\$ 393,75
40	Caixa sinfonada 100 x 100 x 40 grelha redonda branca	und	20	R\$ 16,73	R\$ 334,65
41	Caixa sinfonada 100 x 100 x 50 grelha redonda branca	und	20	R\$ 20,92	R\$ 418,35
42	Cano esgoto 100 mm com 6 mts	und	300	R\$ 74,88	R\$ 22.462,50
43	Cano esgoto 150 mm com 6 mts	und	200	R\$ 201,13	R\$ 40.225,00
44	Cano esgoto 200 mm com 6 mts	und	10	R\$ 375,00	R\$ 3.750,00
45	Cano esgoto 40 mm com 6 mts	und	100	R\$ 29,08	R\$ 2.907,50
46	Cano esgoto 50 mm com 6mts	und	100	R\$ 56,22	R\$ 5.622,38
47	Cano esgoto 75 mm com 6 mts	und	25	R\$ 85,16	R\$ 2.128,97
48	Cano soldável PVC 20 mm com 6 mts	und	50	R\$ 19,59	R\$ 979,38
49	Cano soldável PVC 25 mm com 6 mts	und	100	R\$ 19,50	R\$ 1.949,88



**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO**

CNPJ 09.048.976/0001-09

Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro

CEP: 58.398-000-Remígio – PB

prefeituramunicipalderemigio@gmail.com

Telefone: (83) 3364-1837

50	Cano soldável PVC 32 mm com 6 mts	und	30	R\$ 47,38	R\$ 1.421,25
51	Cano soldável PVC 40 mm com 6 mts	und	30	R\$ 84,49	R\$ 2.534,63
52	Cano soldável PVC 50 mm com 6 mts	und	30	R\$ 77,35	R\$ 2.320,61
53	Cano soldável PVC 60 mm com 6 mts	und	15	R\$ 95,12	R\$ 1.426,86
54	Cap esgoto 100 mm	und	20	R\$ 5,21	R\$ 104,23
55	Cap esgoto 150mm	und	20	R\$ 24,53	R\$ 490,55
56	Cap esgoto 40 mm	und	20	R\$ 1,90	R\$ 37,90
57	Cap esgoto 50 mm	und	20	R\$ 3,09	R\$ 61,78
58	Cap esgoto 75mm	und	20	R\$ 5,13	R\$ 102,50
59	Cap roscavel 1" - rosca interna	und	30	R\$ 1,75	R\$ 52,39
60	Cap roscavel 1/2 - rosca interna	und	30	R\$ 1,37	R\$ 41,03
61	Cap roscavel 3/4 - rosca interna	und	30	R\$ 1,76	R\$ 52,69
62	Cap soldavel PVC marrom 20mm	und	50	R\$ 1,05	R\$ 52,38
63	Cap soldavel PVC marrom 25mm	und	50	R\$ 1,14	R\$ 56,88
64	Cap soldavel PVC marrom 32mm	und	50	R\$ 1,55	R\$ 77,50
65	Cap soldavel PVC marrom 40mm	und	10	R\$ 3,31	R\$ 33,10
66	Cap soldavel PVC marrom 50mm	und	10	R\$ 8,00	R\$ 79,98
67	Cap soldavel PVC marrom 60mm	und	10	R\$ 12,04	R\$ 120,38
68	Chicote - engate flexível 1/2 x 30cm	und	25	R\$ 6,25	R\$ 156,25
69	Chicote - engate flexível 1/2 x 40cm	und	25	R\$ 5,17	R\$ 129,25
70	Chicote - engate flexível 1/2 x 50cm	und	25	R\$ 8,15	R\$ 203,75
71	Chicote - engate flexível 1/2 x 60cm	und	25	R\$ 10,64	R\$ 265,97
72	Chuveiro plástico nº 04 completo	und	12	R\$ 7,76	R\$ 93,12
73	Chuveiro plástico nº 05 completo	und	12	R\$ 10,29	R\$ 123,44
74	Curva esgoto 100mm	und	30	R\$ 16,91	R\$ 507,38
75	Curva esgoto 40mm	und	30	R\$ 6,30	R\$ 189,11
76	Curva esgoto 50mm	und	30	R\$ 10,17	R\$ 305,06
77	Curva esgoto 75mm	und	30	R\$ 18,46	R\$ 553,69
78	Curva soldável 90° - 20mm	und	20	R\$ 4,75	R\$ 94,95
79	Curva soldável 90° - 25mm	und	20	R\$ 4,53	R\$ 90,60
80	Curva soldável 90° - 32mm	und	20	R\$ 7,34	R\$ 146,78
81	Curva soldável 90° - 40mm	und	20	R\$ 11,50	R\$ 229,95
82	Curva soldável 90° - 50mm	und	20	R\$ 10,53	R\$ 210,50
83	Curva soldável 90° - 60mm	und	20	R\$ 28,31	R\$ 566,23
84	Fita veda rosca 12mm x 10 mts	und	20	R\$ 4,81	R\$ 96,10
85	Fita veda rosca 18mm x 25mts	und	20	R\$ 6,42	R\$ 128,30
86	Fita veda rosca 18mm x 50mts	und	20	R\$ 11,50	R\$ 229,90
87	Joelho esgoto 100 x 50 com visita	und	20	R\$ 18,06	R\$ 361,18
88	Joelho esgoto 100mm	und	50	R\$ 6,05	R\$ 302,50
89	Joelho esgoto 150mm	und	50	R\$ 36,62	R\$ 1.830,75



**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO**

CNPJ 09.048.976/0001-09

Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro

CEP: 58.398-000-Remígio – PB

[prefeituramunicipalderemigio@gmail.com](mailto:prefeituramunicipalderemigio@gmail.com)

Telefone: (83) 3364-1837

90	Joelho esgoto 200mm	und	6	R\$ 87,87	R\$ 527,21
91	Joelho esgoto 40mm	und	150	R\$ 1,90	R\$ 284,63
92	Joelho esgoto 50mm	und	150	R\$ 3,05	R\$ 457,50
93	Joelho esgoto 75mm	und	25	R\$ 5,75	R\$ 143,75
94	Joelho LR 20 x 1/2	und	100	R\$ 2,52	R\$ 251,50
95	Joelho LR 20 x 1/2 bucha latão	und	200	R\$ 5,25	R\$ 1.049,50
96	Joelho LR 25 x 1/2	und	200	R\$ 2,04	R\$ 407,75
97	Joelho LR 25 x 1/2 bucha latão	und	200	R\$ 3,48	R\$ 695,00
98	Joelho LR 25 x 3/4	und	200	R\$ 3,48	R\$ 695,00
99	Joelho LR 25 x 3/4 bucha latão	und	200	R\$ 3,61	R\$ 722,25
100	Joelho soldável 20mm	und	200	R\$ 0,67	R\$ 134,00
101	Joelho soldável 25mm	und	200	R\$ 2,99	R\$ 597,50
102	Joelho soldável 32mm	und	100	R\$ 2,44	R\$ 243,75
103	Joelho soldável 40mm	und	50	R\$ 6,41	R\$ 320,56
104	Joelho soldável 45° x 20mm	und	200	R\$ 1,65	R\$ 330,00
105	Joelho soldável 45° x 25mm	und	200	R\$ 2,00	R\$ 400,00
106	Joelho soldável 45° x 32mm	und	25	R\$ 6,18	R\$ 154,38
107	Joelho soldável 45° x 40mm	und	15	R\$ 5,87	R\$ 88,11
108	Joelho soldável 45° x 50mm	und	25	R\$ 4,41	R\$ 110,31
109	Joelho soldável 45° x 60mm	und	15	R\$ 20,46	R\$ 306,92
110	Joelho soldável 50mm	und	50	R\$ 6,05	R\$ 302,50
111	Joelho soldável 60mm	und	10	R\$ 13,40	R\$ 133,95
112	Junção esgoto 100mm	und	50	R\$ 16,15	R\$ 807,63
113	Junção esgoto 100mm x 50mm	und	50	R\$ 12,00	R\$ 599,88
114	Junção esgoto 100mm x 75mm	und	50	R\$ 19,55	R\$ 977,69
115	Junção esgoto 150mm x 100mm	und	50	R\$ 33,25	R\$ 1.662,44
116	Junção esgoto 40mm	und	100	R\$ 3,31	R\$ 330,63
117	Junção esgoto 50mm	und	100	R\$ 9,03	R\$ 902,50
118	Junção esgoto 75mm	und	50	R\$ 19,45	R\$ 972,50
119	Junção esgoto 75mm x 50mm	und	50	R\$ 12,11	R\$ 605,25
120	Luva correr p/ tubo soldável 20mm	und	50	R\$ 9,80	R\$ 490,00
121	Luva correr p/ tubo soldável 25mm	und	50	R\$ 8,58	R\$ 429,19
122	Luva correr p/ tubo soldável 32mm	und	80	R\$ 12,58	R\$ 1.006,70
123	Luva correr p/ tubo soldável 50mm	und	50	R\$ 13,37	R\$ 668,69
124	Luva correr p/ tubo soldável 60mm	und	50	R\$ 28,89	R\$ 1.444,38
125	Luva esgoto 100mm	und	60	R\$ 4,63	R\$ 277,50
126	Luva esgoto 150mm	und	60	R\$ 15,96	R\$ 957,83
127	Luva esgoto 40 mm	und	60	R\$ 3,30	R\$ 198,00
128	Luva esgoto 50mm	und	60	R\$ 4,11	R\$ 246,30
129	Luva esgoto 75mm	und	60	R\$ 5,55	R\$ 332,70



**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO**

CNPJ 09.048.976/0001-09

Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro

CEP: 58.398-000-Remígio – PB

prefeituramunicipalderemigio@gmail.com

Telefone: (83) 3364-1837

130	Luva LR 20 x 1/2	und	25	R\$ 2,07	R\$ 51,69
131	Luva LR 20 x 1/2 bucha latão	und	25	R\$ 5,74	R\$ 143,53
132	Luva LR 25 x 1/2	und	25	R\$ 3,14	R\$ 78,44
133	Luva LR 25 x 3/4	und	25	R\$ 2,96	R\$ 74,00
134	Luva LR 32 x 1"	und	25	R\$ 3,35	R\$ 83,75
135	Luva LR 40 x 1 1/4"	und	25	R\$ 18,23	R\$ 455,63
136	Luva LR 50 x 1 1/2"	und	25	R\$ 28,28	R\$ 706,88
137	Luva soldável 20mm	und	100	R\$ 0,85	R\$ 85,25
138	Luva soldável 25mm	und	100	R\$ 1,16	R\$ 116,25
139	Luva soldável 32mm	und	100	R\$ 2,73	R\$ 273,00
140	Luva soldável 40mm	und	100	R\$ 5,69	R\$ 568,63
141	Luva soldável 50mm	und	100	R\$ 5,09	R\$ 508,75
142	Luva soldável 60mm	und	60	R\$ 9,86	R\$ 591,68
143	Luva metal rosca interna 1"	und	50	R\$ 21,31	R\$ 1.065,25
144	Mangote reforçado azul tipo carro pipa 1 1/4"	mt	100	R\$ 19,01	R\$ 1.900,75
145	Mangote reforçado azul tipo carro pipa 2"	mt	100	R\$ 29,68	R\$ 2.968,00
146	Mangueira cristal 1" x 2,0mm 5 metros	mt	120	R\$ 15,04	R\$ 1.805,25
147	Mangueira cristal 3/4" x 1,5mm com 50 metros	mt	3	R\$ 279,36	R\$ 838,09
148	Mangueira jardim 10m trançada	und	10	R\$ 35,36	R\$ 353,64
149	Mangueira jardim 20 mts trançada	und	10	R\$ 69,80	R\$ 698,04
150	Mangueira jardim 30 mts	und	10	R\$ 100,61	R\$ 1.006,09
151	Mangueira preta irrigação 1" x 2,0mm	mt	600	R\$ 104,53	R\$ 62.715,00
152	Mecanismo completo p/ cx acoplada c/ acionador superior	und	20	R\$ 100,75	R\$ 2.015,00
153	Niple roscável 20mm (1/2)	und	100	R\$ 0,82	R\$ 81,50
154	Niple roscável 25mm (3/4)	und	100	R\$ 1,53	R\$ 152,50
155	Niple roscável 32mm (1")	und	60	R\$ 2,56	R\$ 153,30
156	Plug ar 1"	und	50	R\$ 2,22	R\$ 110,88
157	Plug ar 1/2"	und	50	R\$ 0,81	R\$ 40,63
158	Plug ar 3/4"	und	50	R\$ 0,95	R\$ 47,56
159	Redução esgoto 100 x 50mm excêntrica	und	40	R\$ 11,95	R\$ 477,95
160	Redução esgoto 100 x 75mm excêntrica	und	40	R\$ 6,06	R\$ 242,40
161	Redução esgoto 150 x 100mm excêntrica	und	40	R\$ 20,22	R\$ 808,90
162	Redução esgoto 50 x 40mm	und	40	R\$ 3,23	R\$ 129,15
163	Redução esgoto 75 x 50mm	und	40	R\$ 5,41	R\$ 216,30
164	Registro esfera 20mm soldável	und	30	R\$ 8,50	R\$ 255,00
165	Registro esfera 25mm soldável	und	30	R\$ 8,65	R\$ 259,50
166	Registro esfera 32mm soldável	und	30	R\$ 18,56	R\$ 556,88
167	Registro esfera 40mm soldável	und	10	R\$ 24,25	R\$ 242,50
168	Registro esfera 50mm soldável	und	10	R\$ 19,65	R\$ 196,50



**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO**

CNPJ 09.048.976/0001-09

Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro

CEP: 58.398-000-Remígio – PB

prefeituramunicipalderemigio@gmail.com

Telefone: (83) 3364-1837

169	Registro esfera 60mm soldável	und	10	R\$ 40,56	R\$ 405,63
170	Registro gaveta metal bronze 1" c/ rosca bruto 1509	und	6	R\$ 75,43	R\$ 452,59
171	Registro pressão inox 1/2 modelo 1416 C33 semi-luxo	und	20	R\$ 49,25	R\$ 985,00
172	Registro pressão inox 1/2 modelo 1416 C50 semi-luxo	und	16	R\$ 51,75	R\$ 827,92
173	Registro pressão inox 3/4 modelo 1416 C33 semi-luxo	und	16	R\$ 51,43	R\$ 822,88
174	Registro pressão inox 3/4 modelo 1416 C50 semi-luxo	und	16	R\$ 61,29	R\$ 980,68
175	Registro pressão rosca 1/2 pvc c/ canopla	und	30	R\$ 54,39	R\$ 1.631,63
176	Registro pressão rosca 3/4 pvc c/ canopla	und	30	R\$ 37,36	R\$ 1.120,88
177	Registro pressão soldável 20mm pvc	und	30	R\$ 21,26	R\$ 637,84
178	Registro pressão soldável 25mm pvc	und	30	R\$ 12,57	R\$ 377,14
179	Reparo e vedação p/ registro metal cromado 1011	und	12	R\$ 26,06	R\$ 312,74
180	Reparo p/ registro metal amarelo 1013 MVS	und	12	R\$ 23,43	R\$ 281,12
181	Reparo p/ registro plástico 1/2 a 3/4 - 1991	und	24	R\$ 13,73	R\$ 329,43
182	Reparo p/ torneira 22mm 1/4 volta luxo - 1015	und	12	R\$ 29,82	R\$ 357,86
183	Sifão sanfonado duplo	und	40	R\$ 12,06	R\$ 482,20
184	Sifão sanfonado simples universal	und	50	R\$ 6,92	R\$ 345,88
185	Sifão sanfonado triplo	und	10	R\$ 19,85	R\$ 198,53
186	Spude p/sanitário transparente/branco	und	36	R\$ 3,88	R\$ 139,50
187	Te 20 x 1/2 - bucha latão	und	50	R\$ 7,02	R\$ 350,88
188	Te 20 x 1/2 LR	und	50	R\$ 3,84	R\$ 192,19
189	Te soldável 25 x 1/2	und	50	R\$ 3,94	R\$ 197,19
190	Te 25 x 1/2 - bucha latão	und	50	R\$ 6,62	R\$ 331,06
191	Te 25 x 3/4 - bucha latão	und	50	R\$ 8,21	R\$ 410,31
192	Te 25 x 3/4 LR	und	50	R\$ 4,65	R\$ 232,50
193	Te esgoto 100 x 50 mm	und	50	R\$ 10,46	R\$ 522,75
194	Te esgoto 100 x 75 mm	und	50	R\$ 12,54	R\$ 627,06
195	Te esgoto 100mm	und	50	R\$ 10,63	R\$ 531,25
196	Te esgoto 150 x 100 mm	und	30	R\$ 35,14	R\$ 1.054,13
197	Te esgoto 150mm	und	30	R\$ 47,83	R\$ 1.434,79
198	Te esgoto 40mm	und	50	R\$ 4,93	R\$ 246,25
199	Te esgoto 50mm	und	50	R\$ 9,15	R\$ 457,50
200	Te esgoto 75mm	und	50	R\$ 3,44	R\$ 171,88
201	Te soldável 20mm	und	50	R\$ 0,95	R\$ 47,50
202	Te soldável 25mm	und	50	R\$ 2,64	R\$ 131,88
203	Te soldável 32mm	und	50	R\$ 6,26	R\$ 313,06
204	Te soldável 40mm	und	50	R\$ 10,83	R\$ 541,63
205	Te soldável 50mm	und	20	R\$ 14,68	R\$ 293,50



**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO**

CNPJ 09.048.976/0001-09

Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro

CEP: 58.398-000-Remígio – PB

prefeituramunicipalderemigio@gmail.com

Telefone: (83) 3364-1837

206	Te soldável 60mm	und	10	R\$ 24,12	R\$ 241,19
207	Torneira metal cozinha parede	und	15	R\$ 32,00	R\$ 480,00
208	Torneira inox 1/4 volta - 1158 - C23 pia vedante c/bico	und	15	R\$ 49,93	R\$ 748,93
209	Torneira inox 1/4 volta - 1158 - C33 pia vedante c/bico	und	15	R\$ 59,18	R\$ 887,64
210	Torneira inox 1/4 volta - 1167 - C33 cozinha giratória bancada	und	15	R\$ 66,42	R\$ 996,32
211	Torneira inox 1/4 volta - 1167 - C40 cozinha giratória bancada	und	15	R\$ 64,52	R\$ 967,86
212	Torneira inox 1/4 volta - 1167 - C50 cozinha giratória bancada	und	15	R\$ 62,55	R\$ 938,27
213	Torneira inox 1/4 volta - 1168 - C33 cozinha giratória parede	und	15	R\$ 58,68	R\$ 880,13
214	Torneira inox 1/4 volta - 1168 - C40 cozinha giratória parede	und	15	R\$ 54,69	R\$ 820,29
215	Torneira inox 1/4 volta - 1168 - C50 cozinha giratória parede	und	15	R\$ 70,49	R\$ 1.057,33
216	Torneira inox 1/4 volta - 1193 - C23 lavatório de bancada	und	15	R\$ 63,25	R\$ 948,71
217	Torneira inox 1/4 volta - 1193 - C33 lavatório de bancada	und	15	R\$ 57,10	R\$ 856,50
218	Torneira inox 1/4 volta - 2194 - C33 giratória lavatório luxo	und	15	R\$ 80,10	R\$ 1.201,50
219	Torneira inox 1/4 volta - 2194 - C40 giratória lavatório luxo	und	15	R\$ 88,90	R\$ 1.333,43
220	Torneira inox 1/4 volta - 2194 - C50 giratória lavatório luxo	und	15	R\$ 87,98	R\$ 1.319,64
221	Torneira inox 1126 p/ tange 1/2 com bucha	und	15	R\$ 55,27	R\$ 828,99
222	Torneira jardim 1130 metal amarela 1/2	und	15	R\$ 29,44	R\$ 441,62
223	Torneira jardim plástica 1/2 preta pvc	und	15	R\$ 4,29	R\$ 64,35
224	Torneira lavatório mesa bica móvel dália/tulipa branca	und	15	R\$ 32,57	R\$ 488,57
225	Torneira lavatório plástica 1195 1/2 branca	und	15	R\$ 13,48	R\$ 202,13
226	Torneira multiuso parede bica móvel dália/tulipa branca	und	15	R\$ 21,47	R\$ 322,01
227	Torneira tanque plástico 1/2 - 10cm - 1126	und	15	R\$ 5,90	R\$ 88,43
228	Torneira tanque plástico 3/4 - 10cm - 1126	und	15	R\$ 5,37	R\$ 80,59
229	Torneira tanque plástico 3/4 - 15cm - 1158	und	15	R\$ 6,74	R\$ 101,06
230	Tubo p/ caixa descarga c/ curva	und	15	R\$ 14,00	R\$ 210,00
231	União soldável 20mm	und	15	R\$ 8,63	R\$ 129,38
232	União soldável 25mm	und	15	R\$ 8,06	R\$ 120,86
233	União soldável 32mm	und	15	R\$ 14,43	R\$ 216,38
234	União soldável 40mm	und	15	R\$ 22,50	R\$ 337,50
235	União soldável 50mm	und	10	R\$ 25,72	R\$ 257,20



**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO**

CNPJ 09.048.976/0001-09

Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro

CEP: 58.398-000-Remígio – PB

prefeituramunicipalderemigio@gmail.com

Telefone: (83) 3364-1837

236	União soldável 60mm	und	10	R\$ 29,58	R\$ 295,83
237	União soldável 75mm	und	10	R\$ 107,19	R\$ 1.071,85
238	Válvula fundo poço 1" metal	und	5	R\$ 38,31	R\$ 191,54
239	Válvula fundo poço 1" pvc	und	5	R\$ 33,99	R\$ 169,94
240	Válvula para lavatório inox 7/8 - 1603	und	20	R\$ 28,75	R\$ 575,00
241	Válvula para lavatório plástica s/unho s/ladrão	und	20	R\$ 6,45	R\$ 129,00
242	Válvula para pia s/unho s/ladrão	und	20	R\$ 8,87	R\$ 177,40
243	Válvula pia americana inox 3 1/2 x 1 1/2"	und	10	R\$ 18,36	R\$ 183,63
					R\$ 315.403,71

#### **4.0.DO TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA ME/EPP**

4.1.Salienta-se que na referida contratação, não será concedido o tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos das disposições contidas nos Arts. 47 e 48, da Lei Complementar nº 123/2006, visto estarem presentes, isolada ou simultaneamente, as situações previstas nos incisos II e III, do Art. 49, do mesmo diploma legal.

4.2.A participação no certame, portanto, deverá ser aberta a quaisquer interessados, inclusive as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparados, nos termos da legislação vigente.

#### **5.0.DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

5.1.Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou outros instrumentos hábeis.

5.2.Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste.

5.3.Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos ou serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais.

5.4.Observar, em compatibilidade com o objeto da contratação, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

#### **6.0.DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**





**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO**

CNPJ 09.048.976/0001-09

Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro

CEP: 58.398-000-Remígio – PB

prefeituramunicipalderemigio@gmail.com

Telefone: (83) 3364-1837

6.1.Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado.

6.2.Substituir, arcando com as despesas decorrentes, os materiais ou serviços que apresentarem defeitos, alterações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados somente após o recebimento ou pagamento.

6.3.Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Contratante.

6.4.Manter, durante a vigência do contrato ou outros instrumentos hábeis, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, conforme o caso, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado.

6.5.Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que efetivamente participou do certame e consequentemente apresentou a documentação exigida na fase de habilitação.

6.6.Executar todas as obrigações assumidas sempre com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes.

6.7.Observar, em compatibilidade com o objeto da contratação, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

**7.0.DOS PRAZOS E DA VIGÊNCIA**

7.1.O prazo máximo para a execução do objeto desta contratação e que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado da assinatura do Contrato ou equivalente:

7.1.1.Entrega: 5 (cinco) dias.

7.2.A vigência da presente contratação será determinada: até o final do exercício financeiro de 2024, considerada da data de assinatura do respectivo instrumento de ajuste; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

**8.0.DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO - REAJUSTE**

8.1.Os preços contratados são fixos e irreeajustáveis no prazo de um ano.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO**

CNPJ 09.048.976/0001-09

Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro

CEP: 58.398-000-Remígio – PB

[prefeituramunicipalderemigio@gmail.com](mailto:prefeituramunicipalderemigio@gmail.com)

Telefone: (83) 3364-1837

8.2.Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.3.Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4.No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

8.5.Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

8.6.Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.7.Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.8.O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.

8.9.O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

#### **9.0.DO PAGAMENTO**

9.1.O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

#### **10.0.DA VERIFICAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA**

10.1.Se necessária a verificação da qualificação técnica e econômico-financeira do licitante, a documentação essencial, suficiente para comprovar as referidas capacidades, será restrita aquela definida nos Art. 67 e 69, da Lei 14.133/21, respectivamente.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO**

CNPJ 09.048.976/0001-09

Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro

CEP: 58.398-000-Remígio – PB

[prefeituramunicipalderemigio@gmail.com](mailto:prefeituramunicipalderemigio@gmail.com)

Telefone: (83) 3364-1837

10.2. Salienta-se que a documentação relacionada nos Arts. 66 a 69, da Lei 14.133/21, para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto eventualmente pactuado, dividida em habilitação jurídica; qualificação técnico-profissional e técnico-operacional; habilitações fiscal, social e trabalhista; e habilitação econômico-financeira; poderá ser dispensada, total ou parcialmente, nas contratações em valores inferiores a um quarto do limite para dispensa de licitação para compras em geral, conforme as disposições do Art. 70, do mesmo diploma legal.

**11.0. DO CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

11.1. Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

11.2. Como o fornecimento ocorrerá de forma parcelada, a aceitação também será da mesma forma e ocorrerá mediante a verificação das especificações de cada um dos itens de acordo com o item 3.2. deste documento.

**12.0. DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO**

12.1. Serão designados pelo Contratante representantes com atribuições de Gestor e Fiscal do contrato, nos termos do Art. 117, da Lei 14.133/21, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.

**13.0. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1. O licitante ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a - advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b - multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d - impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de dois anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de cinco anos, aplicada



**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO**

CNPJ 09.048.976/0001-09

Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro

CEP: 58.398-000-Remígio – PB

prefeituramunicipalderemigio@gmail.com

Telefone: (83) 3364-1837

ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f - aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

13.2. Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

#### **14.0. DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA**

14.1. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula:  $EM = N \times VP \times I$ , onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado:  $I = (TX \div 100) \div 365$ , sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

#### **15. DA DOTAÇÃO**

15.1 - De acordo com a lei orçamentária anual, a dotação para este objeto, ficou definido como segue:

02.010 Secretaria de Gestão  
04 122 2002 2002 Manutenção das Atividades da Secretaria de Gestão  
02.020 Secretaria de Administração e Finanças  
04 122 2002 2005 Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças  
02.030 Procuradoria-Geral de Remígio  
04 122 2002 2007 Manutenção da Procuradoria Geral do Município  
02.040 Secretaria de Saúde  
10 301 2002 2009 Manutenção das atividades da Secretaria de Saúde  
02.050 Secretaria de Educação  
12 361 1001 2010 Manutenção das atividades do Ensino Fundamental  
12 361 1001 2012 Manutenção do Ensino Fundamental - Fundeb - 30%  
12 365 1001 2015 Manutenção das Atividades do Ensino Infantil  
12 361 1001 2016 Manutenção da Educação de Jovens e Adultos



**PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO**  
**SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO**

CNPJ 09.048.976/0001-09

Av. Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 – Centro

CEP: 58.398-000-Remígio – PB

[prefeituramunicipalderemigio@gmail.com](mailto:prefeituramunicipalderemigio@gmail.com)

Telefone: (83) 3364-1837

12 365 1001 2023 Manutenção do Ensino Infantil- Complementação FUNDEB-VAAF-VAAR e VAAT

02.060 Secretaria de Trânsito

26 122 2002 2024 Manutenção das Atividades da Secretaria de Trânsito

02.070 Secretaria de Desenvolvimento Social

08 122 1003 2025 Manutenção das Atividades da Secretaria de Desenvolvimento Social

08 243 1003 2026 Manutenção do Conselho Tutelar

02.080 Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

15 122 2002 2028 Manutenção das atividades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

15 451 1004 2057 Manutenção das atividades com recusos do Fundo Especial do Petróleo-FEP

02.090 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

20 122 2002 2029 Manutenção das Atividades da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

02.110 Fundo Municipal de Saúde

10 301 1002 2035 Manutenção do Bloco das Ações e Serviços Públicos de Saúde-Atenção Primária

10 305 1002 2036 Manutenção do Bloco das Ações e Serviços Públicos de Saúde-Vigilância em Saúde

10 302 1002 2037 Manutenção do Bloco das Ações e Serviços Públicos de Saúde-Atenção Especializada (MAC)

13 122 1005 2040 Manutenção das Atividades da Secretaria de Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico

13 392 1005 2041 Promoção de Eventos Sociais e Culturais

02.130 Secretaria de Esporte e Lazer

27 122 1005 2043 Manutenção das Atividades da Secretaria de Esporte e Lazer

02.140 Fundo Municipal de Assistência Social

08 244 1003 2045 Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

3390.30 99 Material de Consumo

Fonte

15001000 Recursos Livres (Ordinário)

15001002 Recursos não Vinculados de Impostos - Saúde

15001001 Recursos não Vinculados de Impostos - MDE

15500000 Transferência do Salário- Educação

15401030 Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - 30%

15421030 Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT - 30%

17000000 Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União


17510000 Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP

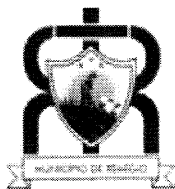
17200000 Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural

destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997

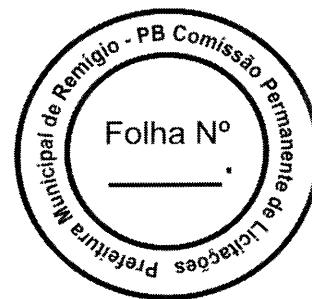
16600000 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS

Remígio - PB, 04 de março de 2024.

  
HELIO FERREIRA DA SILVA  
Secretario DE Obras e Urbanismo



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO  
SETOR DE CONTRATAÇÃO



ANEXO 01 AO TERMO DE REFERÊNCIA - PROPOSTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00008/2024

PROPOSTA

REFERENTE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00008/2024  
PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO - PB.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL HIDRÁULICO, PARA MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS E SANITÁRIAS, TUBOS E CONEXÕES PARA OS IMÓVEIS E LOGRADOUROS PÚBLICOS MUNICIPAIS ATÉ O FINAL DO ANO DE 2024.

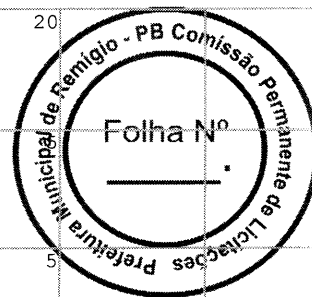
PROPONENTE:  
CNPJ:

Prezados Senhores,

Nos termos da licitação em epígrafe, apresentamos proposta conforme abaixo:

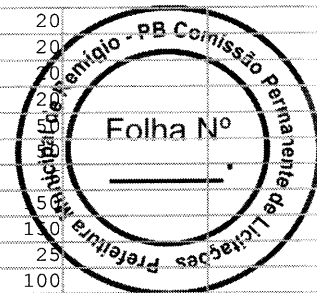
CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	MARCA/MODELO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
1	Adaptador Flange PVC Soldável Para Caixa D'Água 20mm x 1/2" - norma NBR 5648		und	20		
2	Adaptador flange 25mm x 3/4"		und	20		
3	Adaptador flange 32mm x 1"		und	20		
4	Adaptador flange 40mm x 1 1/4"		und	20		
5	Adaptador flange 50mm x 1 1/2"		und	20		
6	Adaptador soldável 20 x 1/2"		und	50		
7	Adaptador soldável 25 x 3/4"		und	50		
8	Adaptador soldável 32 x 1"		und	50		
9	Adaptador soldável 40 x 1 1/4"		und	50		
10	Adaptador soldável 50 x 1 1/2"		und	50		
11	Adaptador soldável 60 x 2"		und	50		
12	Adesivo plástico para tubos pvc rígido 17g		und	50		
13	Adesivo plástico para tubos pvc rígido 75g		und	75		
14	Anel vedação borracha p/ cano 100mm		und	100		
15	Anel vedação p/bacia sanitária		und	20		
16	Boia p/ caixa acoplada 3/4		und	10		
17	Bóia p/ caixa d'água 3/4		und	20		
18	Bóia p/ caixa d'água rosca 1/2 x 3/4		und	20		
19	Bóia p/ caixa decarga simples vazão 1/2		und	20		
20	Bucha redução 25 x 20 mm longa - NBR 5688		und	25		
21	Bucha redução 40 x 20 mm longa - NBR 5688		und	25		
22	Bucha redução 50 x 25 mm longa - NBR 5688		und	25		
23	Bucha redução 50 x 32 mm longa - NBR 5688		und	25		
24	Bucha redução 60 x 25 mm longa - NBR 5688		und	25		
25	Bucha redução 60 x 50 mm longa - NBR 5688		und	20		
26	Bucha redução roscável 3/4 x 1/2mm - NBR 5688		und	50		
27	Bucha redução soldável curta 32 x 25mm - NBR 5688		und	50		
28	Bucha redução soldável curta 40 x 32mm - NBR 5688		und	20		
29	Bucha redução soldável curta 50 x 40mm - NBR 5688		und	10		
30	Bucha redução soldável curta 60 x 50mm - NBR 5688		und	10		
31	Cabeçote p/ registro cromado c/ parafuso 1158. Versões: soldável e roscável. Bitolas: 20mm. Pressão de serviço: 7,5 kgf/cm2 a 20°C. - NBR 5626		und	10		
32	Cabeçote p/ registro cromado c/ parafuso 1158. Versões: soldável e roscável. Bitolas: 25mm. Pressão de serviço: 7,5 kgf/cm2 a 20°C. - NBR 5626		und	10		

33	Caixa d'agua 1.000 litros polietileno c/ tampa - De acordo com a norma NBR 14799 - Reservatório poliolefinico para água potável de volume nominal de até 1000 litros - Requisitos.	und	20	
34	Caixa d'agua 10.000 litros polietileno c/ tampa - De acordo com a norma NBR 14799 - Reservatório poliolefinico para água potável de volume nominal de até 10.000 litros - Requisitos.	und		
35	Caixa d'agua 2.000 litros polietileno c/ tampa - De acordo com a norma NBR 14799 - Reservatório poliolefinico para água potável de volume nominal de até 2000 litros - Requisitos.	und	5	
36	Caixa d'agua 3.000 litros polietileno c/ tampa - De acordo com a norma NBR 14799 - Reservatório poliolefinico para água potável de volume nominal de até 3000 litros - Requisitos.	und	5	
37	Caixa d'agua 5.000 litros polietileno c/ tampa - De acordo com a norma NBR 14799 - Reservatório poliolefinico para água potável de volume nominal de até 5000 litros - Requisitos.	und	5	
38	Caixa d'agua 500 litros polietileno c/ tampa - De acordo com a norma NBR 14799 - Reservatório poliolefinico para água potável de volume nominal de até 500 litros - Requisitos.	und	10	
39	Caixa de descarga simples plástico 6,8 litros	und	30	
40	Caixa hidrômetro parede modelo Cagepa	und	10	
41	Caixa sinfonada 100 x 100 x 40 grelha redonda branca	und	20	
42	Caixa sinfonada 100 x 100 x 50 grelha redonda branca	und	20	
43	Cano esgoto 100 mm com 6 mts	und	300	
44	Cano esgoto 150 mm com 6 mts	und	200	
45	Cano esgoto 200 mm com 6 mts	und	10	
46	Cano esgoto 40 mm com 6 mts	und	100	
47	Cano esgoto 50 mm com 6mts	und	100	
48	Cano esgoto 75 mm com 6 mts	und	25	
49	Cano soldável PVC 20 mm com 6 mts	und	50	
50	Cano soldável PVC 25 mm com 6 mts	und	100	
51	Cano soldável PVC 32 mm com 6 mts	und	30	
52	Cano soldável PVC 40 mm com 6 mts	und	30	
53	Cano soldável PVC 50 mm com 6 mts	und	30	
54	Cano soldável PVC 60 mm com 6 mts	und	15	
55	Cap esgoto 100 mm	und	20	
56	Cap esgoto 150mm	und	20	
57	Cap esgoto 40 mm	und	20	
58	Cap esgoto 50 mm	und	20	
59	Cap esgoto 75mm	und	20	
60	Cap roscavel 1" - rosca interna	und	30	
61	Cap roscavel 1/2 - rosca interna	und	30	
62	Cap roscavel 3/4 - rosca interna	und	30	
63	Cap soldavel PVC marrom 20mm	und	50	
64	Cap soldavel PVC marrom 25mm	und	50	
65	Cap soldavel PVC marrom 32mm	und	50	
66	Cap soldavel PVC marrom 40mm	und	10	
67	Cap soldavel PVC marrom 50mm	und	10	
68	Cap soldavel PVC marrom 60mm	und	10	
69	Chicote - engate flexível 1/2 x 30cm	und	25	
70	Chicote - engate flexível 1/2 x 40cm	und	25	
71	Chicote - engate flexível 1/2 x 50cm	und	25	
72	Chicote - engate flexível 1/2 x 60cm	und	25	
73	Chuveiro plástico nº 04 completo	und	12	
74	Chuveiro plástico nº 05 completo	und	12	
75	Curva esgoto 100mm	und	30	
76	Curva esgoto 40mm	und	30	
77	Curva esgoto 50mm	und	30	
78	Curva esgoto 75mm	und	30	
79	Curva soldável 90° - 20mm	und	20	
80	Curva soldável 90° - 25mm	und	20	
81	Curva soldável 90° - 32mm	und	20	
82	Curva soldável 90° - 40mm	und	20	
83	Curva soldável 90° - 50mm	und	20	
84	Curva soldável 90° - 60mm	und	20	

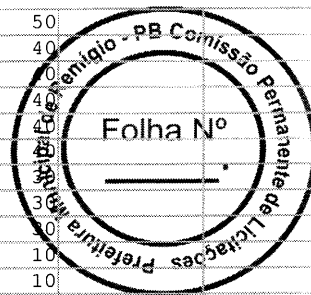




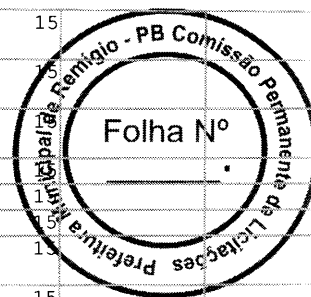
85	Fita veda rosca 12mm x 10 mts	und	20
86	Fita veda rosca 18mm x 25mts	und	20
87	Fita veda rosca 18mm x 50mts	und	20
88	Joelho esgoto 100 x 50 com visita	und	20
89	Joelho esgoto 100mm	und	20
90	Joelho esgoto 150mm	und	20
91	Joelho esgoto 200mm	und	20
92	Joelho esgoto 40mm	und	50
93	Joelho esgoto 50mm	und	100
94	Joelho esgoto 75mm	und	25
95	Joelho LR 20 x 1/2	und	100
96	Joelho LR 20 x 1/2 bucha latão	und	200
97	Joelho LR 25 x 1/2	und	200
98	Joelho LR 25 x 1/2 bucha latão	und	200
99	Joelho LR 25 x 3/4	und	200
100	Joelho LR 25 x 3/4 bucha latão	und	200
101	Joelho soldável 20mm	und	200
102	Joelho soldável 25mm	und	200
103	Joelho soldável 32mm	und	100
104	Joelho soldável 40mm	und	50
105	Joelho soldável 45° x 20mm	und	200
106	Joelho soldável 45° x 25mm	und	200
107	Joelho soldável 45° x 32mm	und	25
108	Joelho soldável 45° x 40mm	und	15
109	Joelho soldável 45° x 50mm	und	25
110	Joelho soldável 45° x 60mm	und	15
111	Joelho soldável 50mm	und	50
112	Joelho soldável 60mm	und	10
113	Junção esgoto 100mm	und	50
114	Junção esgoto 100mm x 50mm	und	50
115	Junção esgoto 100mm x 75mm	und	50
116	Junção esgoto 150mm x 100mm	und	50
117	Junção esgoto 40mm	und	100
118	Junção esgoto 50mm	und	100
119	Junção esgoto 75mm	und	50
120	Junção esgoto 75mm x 50mm	und	50
121	Luva correr p/ tubo soldável 20mm	und	50
122	Luva correr p/ tubo soldável 25mm	und	50
123	Luva correr p/ tubo soldável 32mm	und	80
124	Luva correr p/ tubo soldável 50mm	und	50
125	Luva correr p/ tubo soldável 60mm	und	50
126	Luva esgoto 100mm	und	60
127	Luva esgoto 150mm	und	60
128	Luva esgoto 40 mm	und	60
129	Luva esgoto 50mm	und	60
130	Luva esgoto 75mm	und	60
131	Luva LR 20 x 1/2	und	25
132	Luva LR 20 x 1/2 bucha latão	und	25
133	Luva LR 25 x 1/2	und	25
134	Luva LR 25 x 3/4	und	25
135	Luva LR 32 x 1"	und	25
136	Luva LR 40 x 1 1/4"	und	25
137	Luva LR 50 x 1 1/2"	und	25
138	Luva soldável 20mm	und	100
139	Luva soldável 25mm	und	100
140	Luva soldável 32mm	und	100
141	Luva soldável 40mm	und	100
142	Luva soldável 50mm	und	100
143	Luva soldável 60mm	und	60
144	Luva metal rosca interna 1"	und	50
145	Mangote reforçado azul tipo carro pipa 1 1/4"	mt	100
146	Mangote reforçado azul tipo carro pipa 2"	mt	100
147	Mangueira cristal 1" x 2,0mm 5 metros	mt	120
148	Mangueira cristal 3/4" x 1,5mm com 50 metros	mt	3
149	Mangueira jardim 10m trançada	und	10
150	Mangueira jardim 20 mts trançada	und	10
151	Mangueira jardim 30 mts	und	10
152	Mangueira preta irrigação 1" x 2,0mm	mt	600
153	Mecanismo completo p/ cx acoplada c/ acionador superior	und	20
154	Niple roscável 20mm (1/2)	und	100
155	Niple roscável 25mm (3/4)	und	100
156	Niple roscável 32mm (1")	und	60
157	Plug ar 1"	und	50
158	Plug ar 1/2"	und	50



159	Plug ar 3/4"	und	50
160	Redução esgoto 100 x 50mm excêntrica	und	40
161	Redução esgoto 100 x 75mm excêntrica	und	40
162	Redução esgoto 150 x 100mm excêntrica	und	40
163	Redução esgoto 50 x 40mm	und	40
164	Redução esgoto 75 x 50mm	und	40
165	Registro esfera 20mm soldável	und	30
166	Registro esfera 25mm soldável	und	30
167	Registro esfera 32mm soldável	und	30
168	Registro esfera 40mm soldável	und	30
169	Registro esfera 50mm soldável	und	30
170	Registro esfera 60mm soldável	und	30
171	Registro gaveta metal bronze 1" c/ rosca bruto 1509	und	6
172	Registro pressão inox 1/2 modelo 1416 C33 semi-luxo	und	20
173	Registro pressão inox 1/2 modelo 1416 C50 semi-luxo	und	16
174	Registro pressão inox 3/4 modelo 1416 C33 semi-luxo	und	16
175	Registro pressão inox 3/4 modelo 1416 C50 semi-luxo	und	16
176	Registro pressão rosca 1/2 pvc c/ canopla	und	30
177	Registro pressão rosca 3/4 pvc c/ canopla	und	30
178	Registro pressão soldável 20mm pvc	und	30
179	Registro pressão soldável 25mm pvc	und	30
180	Reparo e vedação p/ registro metal cromado 1011	und	12
181	Reparo p/ registro metal amarelo 1013 MVS	und	12
182	Reparo p/ registro plástico 1/2 a 3/4 - 1991	und	24
183	Reparo p/ torneira 22mm 1/4 volta luxo - 1015	und	12
184	Sifão sanfonado duplo	und	40
185	Sifão sanfonado simples universal	und	50
186	Sifão sanfonado triplo	und	10
187	Spude p/sanitário transparente/branco	und	36
188	Te 20 x 1/2 - bucha latão	und	50
189	Te 20 x 1/2 LR	und	50
190	Te soldável 25 x 1/2	und	50
191	Te 25 x 1/2 - bucha latão	und	50
192	Te 25 x 3/4 - bucha latão	und	50
193	Te 25 x 3/4 LR	und	50
194	Te esgoto 100 x 50 mm	und	50
195	Te esgoto 100 x 75 mm	und	50
196	Te esgoto 100mm	und	50
197	Te esgoto 150 x 100 mm	und	30
198	Te esgoto 150mm	und	30
199	Te esgoto 40mm	und	50
200	Te esgoto 50mm	und	50
201	Te esgoto 75mm	und	50
202	Te soldável 20mm	und	50
203	Te soldável 25mm	und	50
204	Te soldável 32mm	und	50
205	Te soldável 40mm	und	50
206	Te soldável 50mm	und	20
207	Te soldável 60mm	und	10
208	Torneira metal cozinha parede	und	15
209	Torneira inox 1/4 volta - 1158 - C23 pia vedante c/bico	und	15
210	Torneira inox 1/4 volta - 1158 - C33 pia vedante c/bico	und	15
211	Torneira inox 1/4 volta - 1167 - C33 cozinha giratória bancada	und	15
212	Torneira inox 1/4 volta - 1167 - C40 cozinha giratória bancada	und	15
213	Torneira inox 1/4 volta - 1167 - C50 cozinha giratória bancada	und	15
214	Torneira inox 1/4 volta - 1168 - C33 cozinha giratória parede	und	15
215	Torneira inox 1/4 volta - 1168 - C40 cozinha giratória parede	und	15
216	Torneira inox 1/4 volta - 1168 - C50 cozinha giratória parede	und	15
217	Torneira inox 1/4 volta - 1193 - C23 lavatório de bancada	und	15
218	Torneira inox 1/4 volta - 1193 - C33 lavatório de bancada	und	15



219	Torneira inox 1/4 volta - 2194 - C33 giratória lavatório luxo	und	15
220	Torneira inox 1/4 volta - 2194 - C40 giratória lavatório luxo	und	15
221	Torneira inox 1/4 volta - 2194 - C50 giratória lavatório luxo	und	15
222	Torneira inox 1126 p/ tanque 1/2 com bucha	und	15
223	Torneira jardim 1130 metal amarela 1/2	und	15
224	Torneira jardim plástica 1/2 preta pvc	und	15
225	Torneira lavatório mesa bica móvel dália/tulipa branca	und	15
226	Torneira lavatório plástica 1195 1/2 branca	und	15
227	Torneira multiuso parede bica móvel dália/tulipa branca	und	15
228	Torneira tanque plástico 1/2 - 10cm - 1126	und	15
229	Torneira tanque plástico 3/4 - 10cm - 1126	und	15
230	Torneira tanque plástico 3/4 - 15cm - 1158	und	15
231	Tubo p/ caixa descarga c/ curva	und	15
232	União soldável 20mm	und	15
233	União soldável 25mm	und	15
234	União soldável 32mm	und	15
235	União soldável 40mm	und	15
236	União soldável 50mm	und	10
237	União soldável 60mm	und	10
238	União soldável 75mm	und	10
239	Válvula fundo poço 1" metal	und	5
240	Válvula fundo poço 1" pvc	und	5
241	Válvula para lavatório inox 7/8 - 1603	und	20
242	Válvula para lavatório plástica s/unho s/ladrão	und	20
243	Válvula para pia s/unho s/ladrão	und	20
244	Válvula pia americana inox 3 1/2 x 1 1/2"	und	10



VALOR GLOBAL DA PROPOSTA - R\$

PRAZO DE ENTREGA:

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

VALIDADE DESTA PROPOSTA:

Dados bancários do proponente para fins de pagamento:

Banco:

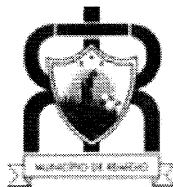
Conta:

Local e Data.

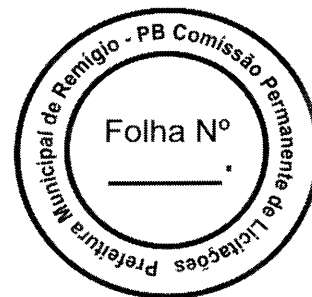
NOME/CPF/ASSINATURA

Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a proposta deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO  
SETOR DE CONTRATAÇÃO



**ANEXO II - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00008/2024**

MODELO DE DECLARAÇÃO - de não empregar menor

**REFERENTE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00008/2024**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO - PB.

PROPONENTE  
CNPJ

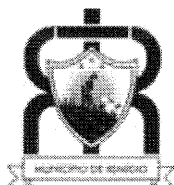
**1.0 - DECLARAÇÃO de não empregar menor.**

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, insalubre ou perigoso e nem menor de dezesseis anos, em qualquer trabalho, podendo existir menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz na forma da legislação vigente; em acatamento às disposições do Art. 7º, Inciso XXXIII, da Constituição Federal, acrescido pela Lei Federal nº 9.854, de 27 de outubro de 1999.

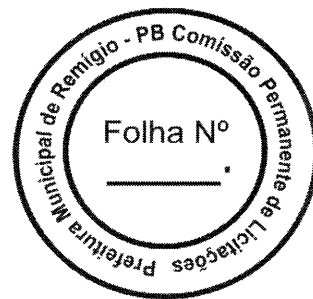
Local e Data.

NOME/CPF/ASSINATURA  
Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a declaração deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO  
SETOR DE CONTRATAÇÃO



**ANEXO III - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00008/2024**

MODELO DE DECLARAÇÃO - que a proposta compreende a integralidade dos custos

**REFERENTE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00008/2024**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO - PB.

PROPONENTE  
CNPJ

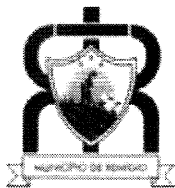
**1.0 - DECLARAÇÃO que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos.**

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

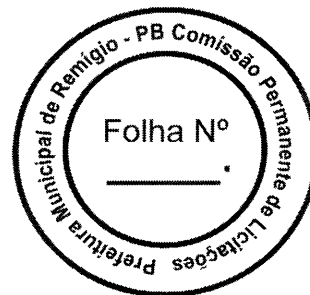
Local e Data.

NOME/CPF/ASSINATURA  
Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a declaração deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO  
SETOR DE CONTRATAÇÃO



**ANEXO IV - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00008/2024**

MINUTA DO CONTRATO

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00008/2024**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 240304PE00008

**CONTRATO Nº: ..../-CPL**

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO  
E ....., PARA FORNECIMENTO CONFORME DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO  
NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado Prefeitura Municipal de Remigio - Avenida Joaquim Cavalcante de Moraes, 96 - Centro - Remigio - PB, CNPJ nº 09.048.976/0001-09, neste ato representada pelo Prefeito Francisco André Alves, Brasileiro, Casado, Servidor Público Federal, residente e domiciliado na Rua Manoel Serafim Filho, 150 - Centro - Remigio - PB, CPF nº 181.952.374-87, Carteira de Identidade nº 237218 SSPPB, doravante simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado ..... - ..... - ..... - ..... - ..., CNPJ nº ....., neste ato representado por .... residente e domiciliado na ....., ..... - ..... - ..... - ..... - ..., CPF nº ....., Carteira de Identidade nº ....., doravante simplesmente CONTRATADO, decidiram as partes contratantes assinar o presente contrato, o qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS:**

Este contrato decorre da licitação modalidade Pregão Eletrônico nº 00008/2024, processada nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas, às quais os contratantes estão sujeitos como também às cláusulas deste contrato.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:**

O presente contrato, cuja lavratura foi autorizada ..., tem por objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL HIDRÁULICO, PARA MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS E SANITÁRIAS, TUBOS E CONEXÕES PARA OS IMÓVEIS E LOGRADOUROS PÚBLICOS MUNICIPAIS ATÉ O FINAL DO ANO DE 2024.

O fornecimento deverá ser executado rigorosamente de acordo com as condições expressas neste instrumento, proposta apresentada, especificações técnicas correspondentes, processo de licitação modalidade Pregão Eletrônico nº 00008/2024 e instruções do Contratante, documentos esses que ficam fazendo partes integrantes do presente contrato, independente de transcrição.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PREÇOS:**

O valor total deste contrato, a base do preço proposto, é de R\$ ... (...).

**CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO - REAJUSTE:**

Os preços contratados são fixos e irreeajustáveis no prazo de um ano.

Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

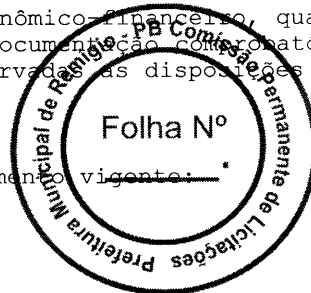
Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.

O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.



#### **CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO:**

As despesas correrão por conta da seguinte dotação, constante do orçamento vigente:

Recursos não Vinculados de Impostos:

02.010 Secretaria de Gestão  
04 122 2002 2002 Manutenção das Atividades da Secretaria de Gestão  
02.020 Secretaria de Administração e Finanças  
04 122 2002 2005 Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças  
02.030 Procuradoria-Geral de Remígio  
04 122 2002 2007 Manutenção da Procuradoria Geral do Município  
02.040 Secretaria de Saúde  
10 301 2002 2009 Manutenção das atividades da Secretaria de Saúde  
02.050 Secretaria de Educação  
12 361 1001 2010 Manutenção das atividades do Ensino Fundamental  
12 361 1001 2012 Manutenção do Ensino Fundamental - Fundeb - 30%  
12 365 1001 2015 Manutenção das Atividades do Ensino Infantil  
12 361 1001 2016 Manutenção da Educação de Jovens e Adultos  
12 365 1001 2023 Manutenção do Ensino Infantil- Complementação FUNDEB-VAAF-VAAR e VAAT  
02.060 Secretaria de Trânsito  
26 122 2002 2024 Manutenção das Atividades da Secretaria de Trânsito  
02.070 Secretaria de Desenvolvimento Social  
08 122 1003 2025 Manutenção das Atividades da Secretaria de Desenvolvimento Social  
08 243 1003 2026 Manutenção do Conselho Tutelar  
02.080 Secretaria de Obras e Serviços Urbanos  
15 122 2002 2028 Manutenção das atividades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos  
15 451 1004 2057 Manutenção das atividades com recursos do Fundo Especial do Petróleo-FEP  
02.090 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente  
20 122 2002 2029 Manutenção das Atividades da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente  
02.110 Fundo Municipal de Saúde  
10 301 1002 2035 Manutenção do Bloco das Ações e Serviços Públicos de Saúde- Atenção Primária  
10 305 1002 2036 Manutenção do Bloco das Ações e Serviços Públicos de Saúde- Vigilância em Saúde  
10 302 1002 2037 Manutenção do Bloco das Ações e Serviços Públicos de Saúde-Atenção Especializada (MAC)  
13 122 1005 2040 Manutenção das Atividades da Secretaria de Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico  
13 392 1005 2041 Promoção de Eventos Sociais e Culturais  
02.130 Secretaria de Esporte e Lazer  
27 122 1005 2043 Manutenção das Atividades da Secretaria de Esporte e Lazer  
02.140 Fundo Municipal de Assistência Social  
08 244 1003 2045 Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social  
3390.30 99 Material de Consumo  
Fonte  
15001000 Recursos Livres (Ordinário)  
15001002 Recursos não Vinculados de Impostos Saúde  
15001001 Recursos não Vinculados de Impostos MDE  
15500000 Transferência do Salário- Educação  
15401030 Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - 30%  
15421030 Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT - 30%  
17000000 Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União  
17510000 Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública COSIP  
17200000 Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural  
destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997  
16600000 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS

#### **CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:**

O pagamento será efetuado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo Contratante, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplimento.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA:**

O prazo máximo de entrega do objeto ora contratado, que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado da emissão do Pedido de Compra:

a - Entrega: 5 (cinco) dias.

A vigência do presente contrato será determinada: até o final do exercício financeiro de 2024, considerada da data de sua assinatura; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

a - Conforme termo de referência em anexo;



b - Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

**CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:**

a - Conforme termo de referência em anexo;

b - Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.



**CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO:**

Este contrato poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136 e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21.

Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I, do caput do Art. 124, da Lei 14.133/21, o Contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nas compras, de até o respectivo limite fixado no Art. 125, do mesmo diploma legal, do valor inicial atualizado do contrato. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECEBIMENTO:**

Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES:**

O licitante ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a - advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b - multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d - impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de dois anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de cinco anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f - aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA:**

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula:  $EM = N \times VP \times I$ , onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado:  $I = (TX \div 100) \div 365$ , sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD:**

a - As partes contratantes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

b - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º, da Lei 13.709/18.

c - É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.

d - Constitui atribuição do Contratado orientar e treinar seus empregados, quando for o caso, sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

e - O Contratante deverá ser informado, no prazo de cinco dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

f - O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

g - O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento desta cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

h - O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, a requerida, mediante justificativa, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

i - Terminado o tratamento dos dados nos termos do Art. 15, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do Art. 16, ambos da Lei 13.709/18, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

j - Os bancos de dados formados a partir da execução do objeto deste contrato, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados, conforme Art. 37, da Lei 13.709/18, com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pelo Contratante nas hipóteses previstas na LGPD.

k - O presente contrato está sujeito a alterações nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO:**

Para dirimir as questões decorrentes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Remígio.

E, por estarem de pleno acordo, foi lavrado o presente contrato em 02(duas) vias, o qual vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Remígio - PB, ... de ..... de .....

TESTEMUNHAS

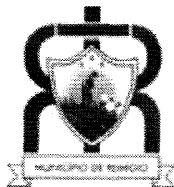
PELO CONTRATANTE

.....

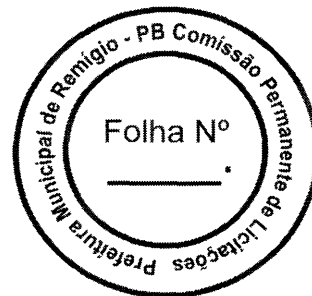
PELO CONTRATADO

.....





**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO  
SETOR DE CONTRATAÇÃO**



**Anexo V - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00008/2024**

MODELOS DE DECLARAÇÕES - cumprimento de requisitos normativos

**REFERENTE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00008/2024**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE REMÍGIO - PB.

PROPONENTE  
CNPJ

**1.0 - DECLARAÇÃO de ciência dos termos do Edital.**

O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos.

**2.0 - DECLARAÇÃO de inexistir fato impeditivo.**

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que inexistente até a presente data fato impeditivo no que diz respeito à habilitação/participação na presente licitação, estando ciente da obrigatoriedade de informar ocorrências posteriores.

**3.0 - DECLARAÇÃO de não possuir no quadro societário servidor da ativa do órgão.**

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que não possui em seu quadro societário e de funcionários, qualquer servidor efetivo ou comissionado ou empregado da Prefeitura Municipal de Remígio, como também em nenhum outro órgão ou entidade a ela vinculada, exercendo funções técnicas, gerenciais, comerciais, administrativas ou societárias.

**4.0 - DECLARAÇÃO de não utilizar trabalho degradante ou forçado.**

O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que não possui em sua cadeia produtiva, nos termos do Art. 1º, Incisos III e IV, e do Art. 5º, Inciso III, da Constituição Federal, empregados executando trabalho degradante ou forçado.

**5.0 - DECLARAÇÃO de cumprimento da reserva de cargo para deficiente e de acessibilidade.**

O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que está ciente do cumprimento da reserva de cargo prevista na norma vigente, consoante Art. 93, da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionário da empresa, atende às regras de acessibilidade previstas.

**6.0 - DECLARAÇÃO de observância do limite de contratação com a Administração Pública.**

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que, na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, no presente ano-calendário, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como EPP, nos termos do Art. 4º, §§ 2º e 3º, da Lei 14.133/21.

Local e Data.

NOME/ASSINATURA/CARGO  
Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a declaração deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.